

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/14072	21087/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação - Rua das Oliveiras, n.º 10 e 12 Braga (São Vicente) Braga, Braga Portugal		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 7299/2024

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação - 1/2019/390

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pelo Departamento do Urbanismo - Gabinete de Licenciamento de Edificações, o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/13995 de 22 de Abril de 2026.

RESOLUÇÃO

Aprovo o Projeto de Arquitetura - Alteração à Licença de Edificação apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

A entidade requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo máximo 30 dias, apresentar aditamento aos projetos de especialidades enumerados no ponto 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 22/04/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se a aprovação do projeto de alteração e ampliação. Notifique-se a requerente a apresentar os projetos de especialidades e apresentação dos elementos solicitados que resultam da publicação do PDM, Aviso n.º 8551/2026 de 15 de abril."
- A 22/04/2026, António José Zamith Soares Rosas, na qualidade de Diretor Municipal: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 7299/2024 | SPO 1/2019/390/0

REGISTRO ENTRADA: 2026-E-RE-6119 de 13.03.2026

REQUERENTE: DISTÂNCIA EQUIVALENTE, LDA.

LOCAL DA OBRA: RUA DAS OLIVEIRAS, Nº 10/12 E Nº 14/16
FREGUESIA DE S. VICENTE, BRAGA

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO – ALTERAÇÃO À LICENÇA

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL:

1.1. A entidade requerente apresenta através dos registos nº 2026-E-RE-449 de 08.01.2026 e 2025-E-RE-24398 de 27.10.2025, **Alteração à Licença de Edificação**, referente a alterações no decorrer da obra, no prédio sito na Rua das Oliveiras, nºs 10/12 e nºs 14/16, Freguesia de Braga (S. Vicente) que incide sobre os prédios descritos na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1621/20110307 e n.º 1518/20090917, inscritos na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 806 e n.º 324, respectivamente.

1.2. Posteriormente, através do requerimento registado com o n.º 2026-E-RE-6119 de 13.03.2026, a entidade requerente realiza uma **junção de elementos por iniciativa própria** para aperfeiçoamento do anterior requerimento.

1.3. A pretensão está sujeita a licença administrativa ao abrigo da alínea d) do número 2 do Artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual.

2. ANTECEDENTES:

2.1. Processo de Licenciamento nº 1/2019/390/0.

2.2. Alvará de Licenciamento de Obras de Reconstrução e Ampliação, nº 648/2022, emitida em 22.11.2022 e válido por 24 meses.

2.3. Prorrogação de prazo do alvará de licença (12 meses), por Despacho nº 2024-0596 de 15.11.2024.

2.4. Prorrogação de prazo do alvará de licença (12 meses), por Despacho nº 2025-10360 de 07.10.2025.

3. ANÁLISE DA PRETENSÃO:

3.1. Enquadramento com a carta de condicionantes e com a carta do ordenamento do território constantes no Plano Diretor Municipal:

3.1.1. A obra está implantada em Espaço Central – EC1, conforme carta de classificação e qualificação do solo da 3.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º 73/2026, de 15 de abril.

3.1.2. A pretensão encontra-se em ZGP da Praça Mouzinho de Albuquerque, IIP.

3.1.3. A pretensão insere-se na área urbana com proteção arqueológica.

3.1.4. A pretensão insere-se na área de aplicação do Título III - Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico, constante no Código Regulamentar do Município de Braga, Regulamento nº 973/16, publicado no Diário da República, 2ª Serie – nº 206, de 26 de outubro.

3.1.5. A pretensão está localizada em Área de Reabilitação Urbana – ARU Espaço Central, conforme Aviso nº 9460/2023, publicado no Diário da República, 2ª Serie – nº 93, de 15 de maio.

3.2. Instrução do processo:

O processo encontra-se suficientemente instruído para análise, conforme informação DPU nº 2026-7201 de 13.03.2026.

3.3. Pareceres das entidades internas ao município:

Informação técnica da Unidade de Arqueologia nº 2025-28586 de 30.10.2025.

3.4. Pareceres das entidades externas ao município:

A pretensão mereceu parecer técnico **Favorável Condicionado** por parte da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, conforme informação anexa ao ofício n.º S-2025/645453 (C.S:1761585), com despacho de 14.01.2026.



3.5. Análise da Proposta, verificação da conformidade com o RGEU, com o regulamento do PDMB e com o Código Regulamentar de Braga:

3.5.1. A entidade requerente apresenta **Alteração à Licença de Edificação**, integrando o prédio contíguo com o número de polícia 14/16.

3.5.2. Pretende a entidade requerente proceder a reconstrução, alteração e ampliação do conjunto edificado de forma ao adaptar a um novo programa funcional, destinado a habitação multifamiliar.

3.5.3. Pretende a entidade requerente proceder construção/constituição de um total **9 frações autónomas** destinadas a habitação de tipologias (3xT1 e 6xT2) e 6 lugares de estacionamento privados cobertos de apoio das frações de habitação a constituir.

3.5.4. Analisados os elementos de projeto apresentados, considera-se que a solução proposta respeita as características exteriores do conjunto envolvente e promove a correta articulação com os edifícios contíguos, conforme definido no do n.º 4 do Artigo B-3/15º do Código Regulamentar do Município de Braga.

3.5.5. A proposta de intervenção cumpre as condições gerais de edificabilidade previstas no n.º 4 do Artigo 59º do RPDM.

3.5.6. A proposta de intervenção não ultrapassa o índice de impermeabilização máximo, definido no n.º 6 do Artigo 59º do RPDM.

3.5.7. Conforme disposto no n.º 10 do Artigo B-3/15º do Código Regulamentar do Município de Braga, admite-se excecionalmente a ocupação da parcela até um máximo de 90%, conforme previsto em projeto para estacionamento privativo em cave, tendo em conta a área livre restante do lote (54,80m²), impondo-se no tratamento da superfície da laje de cobertura a utilização de coberto vegetal.

3.5.8. Ao abrigo do disposto no n.º 2 do Artigo 80º do RPDM, considera-se admissível a dispensa do cumprimento dos parâmetros de dimensionamento aplicáveis à dotação de estacionamento público e privado.

Sem prejuízo do referido, a proposta contempla a previsão de 6 (seis) lugares de estacionamento privativos, cobertos, afetos às frações autónomas de habitação a constituir.

3.5.9. Alerta-se a entidade requerente que a dispensa total ou parcial dos lugares de estacionamento públicos está sujeita ao pagamento de compensação pecuniária pelos lugares de estacionamento não criados, a definir em regulamento municipal, conforme previsto no n.º 4 do Artigo 80º do RPDM.

contíguos, conforme definido no do n.º 4 do Artigo B-3/15º do Código Regulamentar do Município de Braga.

3.5.10. Neste contexto, considera-se que nada há a opor as alterações propostas.

3.6. Outros aspetos regulamentares:

3.6.1. O técnico autor do projeto de arquitetura deverá zelar pelo cumprimento das normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

3.6.2. Ao abrigo do disposto no n.º 8 do Artigo 20º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

3.6.3. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho na redação conferida pela Lei n.º 40/2015 de 01 de Junho, alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de Junho, (ou na sua redação atual), com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.

4. PROPOSTA DE DECISÃO:

4.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação técnica, informação técnica da Unidade de Arqueologia e informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

4.2. Ao abrigo do número 4 do Artigo 20.º do RJUE, caso haja deferimento da pretensão, julga-se de comunicar a entidade requerente para, no prazo máximo 30 dias, apresentar aditamento aos projetos de especialidades enumerados no ponto 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro.

4.3. Conforme previsto no n.º 2 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), e cessando a suspensão dos procedimentos nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o procedimento é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor (Plano Diretor Municipal de Braga – 3.ª Revisão, Aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73/2026, de 15 de abril).



Assim, deverá a entidade requerente, em sede de apresentação de projetos de especialidades, proceder à atualização dos seguintes documentos:

- Memória descritiva e justificativa.

- Termos de responsabilidade, garantindo que os mesmos sejam subscritos em data posterior à entrada em vigor do Plano Diretor Municipal.

4.4. Alerta-se a entidade requerente que, a emissão de comprovativo de licença e pagamento de taxas, fica condicionada à autorização prévia dos trabalhos arqueológicos, da responsabilidade de arqueólogo, via Portal do Arqueólogo.

4.5. Comunique-se o teor da presente informação, informação técnica da Unidade de Arqueologia e informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura.

Remete-se para consideração superior.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



Assunto : Rua das Oliveiras N°10/12, Freguesia de São Vicente, Braga.

Requerente : Distância Equivalente, Lda.

Local : Rua das Oliveiras N°10/12, Freguesia de São Vicente, Braga.

**Servidão
Administrativa :**

Inf. n.º:	S-2025/645453 (C.S:1761585)	Cód. Manual	
N.º Proc.:	DRCN-DSBC/2018/03-03/1002/POP/135512 (C.S:279787)	Data Ent. Proc.:	28/10/2025

Diretor da Unidade de Cultura, 14/01/2026

Parecer favorável condicionado ao cumprimento do exposto na informação de arqueologia nos seus termos.

PARECER DE ARQUITETURA

Servidão administrativa:

Zona Geral de Proteção da Praça Mouzinho de Albuquerque, vulgo Campo Novo, IIP Portari 443/2006, DR 2ª Série nº 49 de 9.3.2006.

Enquadramento Legal:

O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do nº 8 do artigo 6º, do nº 2 do artigo 6º A, do nº 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1. Enquadramento / antecedentes:

Respeita o processo em apreciação a obras de reconstrução e ampliação de imóveis, sítios na Rua das Oliveiras nº 10/12 e 14/16, Sé, concelho de Braga.

Os anteriores processos mereceram emissão de parecer favorável (arquitetura) por Despacho Superior de 22.08.2020 e de 22.01.2024.

2. Avaliação Patrimonial:

Os prédios não detêm visibilidade direta para a servidão.

3. Proposta:

A proposta refere-se agora a alterações realizadas no decurso da obra, designadamente a nível interior e na cobertura, no que se refere à edificação em obra, bem como a alteração ampliação da edificação mais a norte (nº 14/16), com características semelhantes à aprovada: rés-do-chão e três pisos, com aproveitamento da cobertura a tardoz através de uma mansarda.



No exterior da nova edificação indica a utilização de etics para pintar a verde, chapa canelada no último piso para lacar à cor RAL 7013 e caixilharias de madeira. A cobertura será em telha cerâmica.

4. Apreciação da proposta:

Analizada a proposta, considera-se que a alteração ao projeto aprovado, bem como a solução adotada para a nova edificação, reveste-se do mesmo princípio de atuação, pelo que neste termos nada há a opor ao deferimento do pedido.

5. Conclusões:

Face ao exposto, propõe-se emissão de parecer favorável.
À consideração superior.

BRG2025/03155

07 de novembro de 2025

À Consideração Superior.

O Técnico Superior

DSBC: 2018-1002

CS: 1760896

Servidão administrativa: ZP, Praça Mouzinho de Albuquerque, IIP

Enquadramento Legal: O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do n.º 8 do artigo 6º, do n.º 2 do artigo 6º-A, do n.º 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1. Enquadramento / antecedentes: Pretende-se a junção a um projecto anterior, relativo ao nº 1 a 12 da Rua das Oliveiras, em Braga, do edifício contíguo, com nº 14 a 16, destinado a habitação com total reconstrução e ampliação do existente. Localiza-se na proximidade das áreas ocupadas em período romano e medieval, logo com sensibilidade arqueológica, acrescida pela proximidade à antiga Via XVIII da viação romana.

2. Caracterização da Proposta: Não se aplica.

3. Apreciação da proposta: A pretensão implica significativos trabalhos com remoção de solos pelo que se entende que, à semelhança do que foi decidido para o nº 10 a 12, em fase de execução de projecto, ou seja em obra, deverá ser garantido um acompanhamento arqueológico.



de todos os trabalhos com remoção de solos. Esta medida terá por objecto a identificação de eventuais vestígios arqueológicos para seu estudo e salvaguarda, podendo ainda para o mesmo efeito ser necessário recorrer-se a outras metodologias arqueológicas complementares.

Para cumprimento do exposto no parágrafo anterior deverá ser remetido à tutela (via Portal do Arqueólogo) um pedido de autorização para trabalhos arqueológicos e respectivo plano de trabalhos, da responsabilidade de um arqueólogo, para análise e autorização.

Deverá haver obrigatoriamente, por parte do arqueólogo responsável, uma estreita coordenação entre os trabalhos arqueológicos e o Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga. No final dos mesmos com a aprovação do respectivo relatório final, ou outros documentos congéneres preliminares, deverão ser remetidas cópias desses documentos, uma vez validados pela tutela, ao Gabinete de Arqueologia Municipal.

4.Proposta de Decisão: Propomos um parecer favorável condicionado, nos termos da presente informação.

À Consideração Superior,
O Técnico Superior



PROCESSO: 7299/2024

REQUERENTE: DISTÂNCIA EQUIVALENTE, LDA

LOCAL DA OBRA: Rua das Oliveiras, nº 10 e 12

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

1. A presente informação, relacionada com o registo de entrada em referência, é estritamente elaborada no contexto da apreciação técnica para a salvaguarda do património arqueológico do concelho de Braga.

2. Nas peças gráficas, assim como nas escritas (Vd. memória descritiva, plantas e cortes assinalados a vermelho e amarelo), que agora integram o processo em referência, pode constatar-se que se solicita o licenciamento de obras de demolições e reconstrução/ampliação de um imóvel, com os n.ºs de polícia 10 e 12, ao qual se pretende unir o edifício com os n.ºs de polícia 14 e 16, este último igualmente situado em zona urbana cujas intervenções no subsolo se encontram condicionadas arqueologicamente.

3. Assim, estando programados trabalhos com forte impacto no subsolo existente, propõe-se que, seja efetuado um acompanhamento arqueológico a todas as obras com impacto no mesmo, trabalhos estes, devidamente autorizados, para o efeito, pelo Património Cultural – I.P. (PC, I.P.).

4. Mais se propõe que:

a) O promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunique, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos (Artigo B-3/9.º, n.º5, do Código Regulamentar do Município de Braga).

b) O promotor da obra entregue, obrigatoriamente, ao Município, o Relatório dos Trabalhos desenvolvidos no âmbito da condicionante arqueológica (Artigo B-3/9.º, n.º6 do Código Regulamentar do Município de Braga), previamente à resposta à comunicação de utilização do imóvel em referência.

5. À luz do disposto nos n.º 3 e 4, do art.º 79.º do Dec. Lei 107, de Setembro de 2001, os promotores das obras ficam obrigados a suportar os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projetos.

6. Caso surjam durante os trabalhos em referência, vestígios arqueológicos achados de interesse científico e/ou patrimonial, dever-se-á aplicar a metodologia achada mais adequada ao seu correto estudo e conservação. A este respeito refira-se que, conforme o preceituado no n.º 1 e n.º 2 do art.º 79.º da Lei anteriormente referida, os serviços da administração culturais condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores, das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.

N.I. A presente informação sustenta-se legalmente nas disposições conjugadas da Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001, no Dec. Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro, no De. Lei n.º 114/2012 de 25 de Maio, no Dec. Lei n.º 115/2012 de Maio e do Código Regulamentar do Município de Braga (art.º B-3/9º, n.º 2).

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



PROCESSO: 7299/2024

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-6119

REQUERENTE: Distância Equivalente, Lda.

LOCAL DA OBRA: Rua das Oliveiras, freguesia de Braga (S. Vicente)

ASSUNTO: Alteração à licença de edificação

DU - DGPU [GP9]

Informação Técnica:

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

A entidade requerente, através do requerimento registado com o n.º 2026-E-RE-6119 de 13/03/2026, apresenta um pedido de **alteração à licença de edificação** da obra de reconstrução e ampliação de edifício de habitação multifamiliar, sito na Rua das Oliveiras, freguesia de Braga (S. Vicente) que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1621/20110307, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 806.

Pretensão do requerente:

Proceder a **correções e alterações ao projeto de arquitetura durante a fase de obra** de um **edifício de habitação multifamiliar**, no âmbito do processo **1/2019/390**, incluindo:

- **Correções pontuais no projeto** (ex.: alteração da designação de um espaço de quarto para arrumos).
- **Supressão de alguns vãos/janelas voltados para o saguão interior** e ajuste do alinhamento de uma parede para garantir o afastamento mínimo de 3 m.
- **Atualização de áreas de algumas frações** decorrente dessas alterações.
- **Integração/união do edifício em obra com o edifício adjacente** (nº 14 e 16).
- **Conclusão do edifício com mais 3 fogos**, passando o conjunto a **9 frações habitacionais**.
- **Execução de garagem no rés-do-chão com 6 lugares de estacionamento e 2 arrumos**.

Em síntese: **o requerente pretende apresentar alterações ao projeto de arquitetura em fase de obra, ajustar elementos construtivos e completar o edifício com mais fogos e estacionamento, mantendo o cumprimento das normas de acessibilidade e regulamentação aplicável.**

1.1. Relativamente ao local da pretensão identificaram-se os seguintes antecedentes processuais:

1.1.1. Licença de Obras n.º 648/2022, prorrogado por uma ocasião pelo prazo de 12 meses.

2. PROCEDIMENTO APLICÁVEL



Nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 83.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao procedimento previsto no artigo 27.º do mesmo diploma.

3. CONSULTAS A ENTIDADES E/OU SERVIÇOS

Uma vez que o prédio se localiza em Zona Geral de Proteção a Património Arquitetónico Classificado, nomeadamente Conjunto da Praça de Mouzinho de Albuquerque, foi solicitado parecer técnico à CCDRN – Cultura, sendo que se registou a emissão de informação prestada pela mesma referindo que “não há lugar à emissão de parecer”.

Verifica-se também que o prédio se localiza em Zona de Proteção Arqueológica, nomeadamente Mancha Urbana de Proteção Arqueológica pelo que a presente operação urbanística carece de prévio parecer pela Unidade de Arqueologia da Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia.

4. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Analisados os elementos constantes do presente processo, constata-se que o presente pedido de licenciamento de obras de edificação **encontra-se corretamente instruído** de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e III (n.º 17) do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro e Artigo 18.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

5. PROPOSTA

Deverá ser solicitado a emissão de competente parecer da **CCDRN - Cultura**, através da plataforma SIRJUE, de acordo com o ponto 3.

- 5.1. O processo é remetido também à **Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia - Unidade de Arqueologia (DCHPA - UA)**, para análise e emissão do competente parecer, de acordo com o ponto 3.
- 5.2. Posteriormente, o processo deverá tramitar do processo para análise urbanística para a **Divisão de Avaliação Técnica (DAT)**.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

